Número Único

0000843-22.2015.9.13.0000

Referência

0001961-64.2014.9.13.0001

Relator

Juiz Cel PM James Ferreira Santos

Julgamento

11/06/2015

Publicação

16/06/2015

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MILITAR DEMITIDO NO CURSO DE LICENÇA-SAÚDE HOMOLOGADA PELA JUNTA CENTRAL DE SAÚDE (JCS) - OFENSA AO ARTIGO 44 DA LEI ESTADUAL N. 14.310/2002 (CEDM) - REINTEGRAÇÃO - POSSIBILIDADE - PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL - DEFERIMENTO - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO REAL ESTADO DE SAÚDE DO AGRAVANTE - TUTELA ANTECIPADA - REQUISITOS DO ARTIGO 273 DO CPC - PRESENÇA - DECISÃO LIMINAR MANTIDA - RECURSO PROVIDO. - Militar que se encontre de licença-médica, devidamente homologada pela JCS, não pode ser demitido das fileiras da Instituição Militar, sob pena de ofensa ao art. 44 do CEDM. - A produção de prova pericial, requerida pelo militar, para o fim de comprovar seu real estado de saúde, deve ser deferida, já que consonante com o pedido inicial. Por isso, a realização de perícia não pode ser considerada inútil, protelatória ou desarrazoada. - A concessão da tutela antecipada, visando a readmissão de militar demitido das fileiras da Corporação Militar, exige a presença, de plano, dos requisitos do art. 273 do CPC, sem os quais não se pode concedê-la. Tais requisitos foram comprovados nos autos, sendo esse o motivo da manutenção da liminar anteriormente concedida. - Decisão liminar que se mantém. - Recurso a que se dá provimento.